

Arteris S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

1T13

1T13: 173,7 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+1,8%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 738,1 MILHÕES (+0,7%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 327,7 MILHÕES (+8,0%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 92,7 MILHÕES

AGENDA DE DIVULGAÇÃO
TELECONFERÊNCIA

EM PORTUGUÊS

Quarta-feira (08/05/2013)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: ARTERIS
Replay: Entre 08/05 e 14/05
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 2360974#

EM INGLÊS

Quarta-feira (08/05/2013)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: ARTERIS
Replay: Entre 08/05 e 14/05
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 9513090#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.riweb.com.br/arteris> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 07 de maio de 2013 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 1T13, período encerrado em 31 de março de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T13

- **Tráfego Pedagiado:** 173,7 milhões de veículos equivalentes registrados no 1T13, com crescimento de 1,8% em relação ao 1T12.
- **Receita de Pedágio:** Crescimento de 8,1% com relação ao 1T12, em função do aumento do tráfego e reajustes tarifários, totalizando R\$ 536,5 milhões.
- **EBITDA Ajustado:** No 1T13, foi de R\$ 327,7 milhões, aumento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA ajustada* de 64,1%.
- **Lucro Líquido:** Redução de 11,3% na comparação com o 1T12, fechando o trimestre com R\$ 92,7 milhões, impactado pelo resultado financeiro, depreciações e amortizações.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 2,5 bilhões ao final do exercício, com um saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 690,2 milhões. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 2,0 x
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 266,4 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 1T13.



Indicadores Financeiros	1T13	4T12	1T12	Var%	
				1T13/4T12	1T13/1T12
Veículos equivalentes (Mil)	173.731	181.133	170.645	-4,1%	1,8%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	536.515	557.462	496.496	-3,8%	8,1%
Receita líquida (R\$ Mil)	738.121	819.631	732.765	-9,9%	0,7%
EBITDA (R\$ Mil)	278.834	281.287	257.531	-0,9%	8,3%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	327.728	349.424	303.499	-6,2%	8,0%
Lucro líquido (R\$ Mil)	92.724	106.737	104.590	-13,1%	-11,3%
Margem EBITDA*	54,5%	53,6%	54,6%	1,0 p.p.	-0,1 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	64,1%	66,5%	64,4%	-2,5 p.p.	-0,3 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.699.808	1.607.084	1.503.041	5,8%	13,1%
Ativos totais (R\$ Mil)	6.107.315	6.048.420	5.748.122	1,0%	6,2%
Dívida bruta / Capitalização total ²	65,2%	66,8%	67,4%	-1,7 p.p.	-2,2 p.p.
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	2,0	1,9	1,6	(0,1)	0,4

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

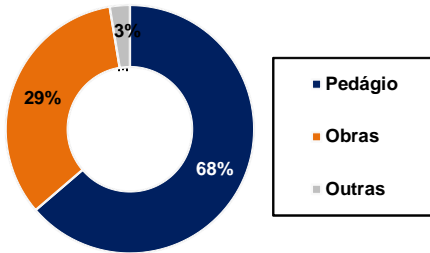
Atualização em 06/05/2013
Preço Fech.: R\$ 22,52 por ação
Valor de Mercado: R\$ 7,8 bilhões

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS						
(Em milhares de reais)						
	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	790.653	874.841	781.971	-9,6%	1,1%	
Receitas de pedágio	536.515	557.462	496.496	-3,8%	8,1%	
Estaduais	300.789	322.085	272.753	-6,6%	10,3%	
Autovias	72.833	77.888	67.082	-6,5%	8,6%	
Centrovias	78.833	83.394	70.006	-5,5%	12,6%	
Intervias	82.045	88.466	75.091	-7,3%	9,3%	
Vianorte	67.078	72.337	60.574	-7,3%	10,7%	
Federais	235.726	235.377	223.743	0,1%	5,4%	
Planalto Sul	24.860	23.727	22.846	4,8%	8,8%	
Fluminense	38.855	38.491	38.055	0,9%	2,1%	
Fernão Dias	55.269	58.306	54.745	-5,2%	1,0%	
Régis Bittencourt	64.936	67.590	64.829	-3,9%	0,2%	
Litoral Sul	51.806	47.263	43.268	9,6%	19,7%	
Outras receitas	27.332	22.825	24.076	19,7%	13,5%	
Receitas de obras	226.806	294.554	261.399	-23,0%	-13,2%	
DEDUÇÕES DA RECEITA	(52.532)	(55.210)	(49.206)	-4,9%	6,8%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.121	819.631	732.765	-9,9%	0,7%	
CUSTOS E DESPESAS	(459.282)	(538.344)	(475.234)	-14,7%	-3,4%	
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(143.711)	(134.114)	(133.372)	7,2%	7,8%	
Custo dos serv. de construção	(226.806)	(294.554)	(261.399)	-23,0%	-13,2%	
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(39.978)	(39.539)	(35.058)	1,1%	14,0%	
Remuneração da administração	(4.418)	(4.644)	(3.093)	-4,9%	42,8%	
Despesas tributárias	(809)	(855)	(1.088)	-5,4%	-25,6%	
Provisão para manutenção em rodovias	(48.894)	(68.137)	(45.968)	-28,2%	6,4%	
Outras receitas operacionais, líquidas	5.334	3.499	4.744	52,4%	12,4%	
EBITDA	278.839	281.287	257.531	-0,9%	8,3%	
Margem EBITDA*	54,5%	53,6%	54,6%			
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(65.614)	(62.172)	(53.877)	5,5%	21,8%	
Depreciações e amortizações	(65.614)	(62.172)	(53.877)	5,5%	21,8%	
RESULTADO FINANCEIRO	(70.301)	(60.640)	(46.777)	15,9%	50,3%	
Receitas financeiras	12.625	18.922	40.690	-33,3%	-69,0%	
Despesas financeiras	(82.912)	(79.556)	(87.469)	4,2%	-5,2%	
Variação cambial, líq.	(14)	(6)	2			
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	142.924	158.475	156.877	-9,8%	-8,9%	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(50.200)	(51.738)	(52.287)	-3,0%	-4,0%	
Corrente	(48.486)	(57.228)	(49.489)	-15,3%	-2,0%	
Diferido	(1.714)	5.490	(2.798)	-131,2%	-38,7%	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	92.724	106.737	104.590	-13,1%	-11,3%	

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

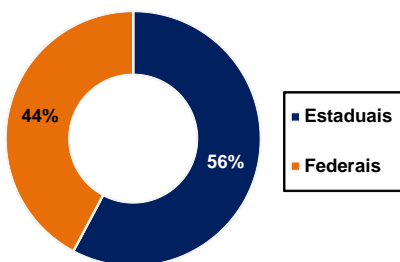
Composição da Receita Bruta
1T13



Receita Bruta de Serviços

No 1T13, a Arteris registrou **R\$ 790,6 milhões** em **receita bruta**, o que representou um **crescimento de 1,1%** na comparação com o mesmo período do ano anterior. Contribuíram para essa melhora a **expansão de 8,1%** nas **receitas de pedágio** que atingiram de **R\$ 536,5 milhões** no trimestre e o **aumento de 13,5%** com **outras receitas**, que foram de **R\$ 27,3 milhões** no período, enquanto as **receitas de obras** sofreram retração de 13,2% na comparação com o 1T12, totalizando **R\$ 226,8 milhões**.

Composição da Receita de Pedágio
1T13



Receita de Pedágio

O **aumento do tráfego** de veículos, que registrou crescimento de 1,8% e o **reajuste** médio de 6,1% nas **tarifas** praticadas pelas concessionárias da Companhia em relação ao 1T12, foram os responsáveis pelo **crescimento de 8,1%** na **receita de pedágio** da Arteris, que totalizou **R\$ 536,5 milhões** no trimestre.

Deste montante, **56%** foram provenientes das **concessões estaduais**, que **cresceram 10,3%**, registrando **R\$ 300,8 milhões**, sendo os demais **44%** originados pelas **concessões federais** que alcançaram **melhora de 5,4%**, totalizando **R\$ 235,7 milhões** em receitas de pedágio.

Tráfego Pedagiado: O **volume consolidado** do tráfego pedagiado da Companhia foi de **173.731 mil veículos equivalentes** no 1T13, o que significou um **incremento de 1,8%** em relação ao 1T12. Deste total, as **concessionárias estaduais** contribuíram com **46.437 mil veículos**, **crescendo 5,4%** e as **federais** tiveram **melhora de 0,5%**, com um total de **127.294 mil veículos equivalentes**.

A evolução do tráfego no período veio em linha com as tendências já apontadas mensalmente pela Associação Brasileira de Concessões Rodoviárias (ABCR), com um forte crescimento no mês de janeiro, fraco desempenho em fevereiro e um início de normalização de volume em março. É importante destacar que o crescimento da Companhia se deu a partir de uma base bastante forte do 1T12, que foi o trimestre de maior crescimento em 2012, tendo registrado naquele período uma expansão de 6,1% em relação ao ano anterior.

Veículos Equivalentes (Mil)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Estaduais	46.437	49.785	44.045	-6,7%	5,4%
Autovias	10.709	11.473	10.230	-6,7%	4,7%
Centrovias	12.768	13.507	11.866	-5,5%	7,6%
Intervias	14.601	15.785	14.047	-7,5%	3,9%
Vianorte	8.359	9.020	7.902	-7,3%	5,8%
Federais	127.294	131.348	126.600	-3,1%	0,5%
Planalto Sul	6.906	7.107	6.923	-2,8%	-0,2%
Fluminense	12.045	12.416	12.726	-3,0%	-5,4%
Fernão Dias	39.478	41.647	39.104	-5,2%	1,0%
Régis Bittencourt	36.076	37.550	36.016	-3,9%	0,2%
Litoral Sul	32.789	32.628	31.831	0,5%	3,0%
Total	173.731	181.133	170.645	-4,1%	1,8%

Em relação ao tráfego pedagiado do 1T13, **destaca-se** entre as concessionárias estaduais, a **Centrovias**, que apresentou **crescimento** de **7,6%**, resultado superior à média das demais e entre as rodovias federais, a **Autopista Litoral Sul**, com **crescimento** de **3,0%**.

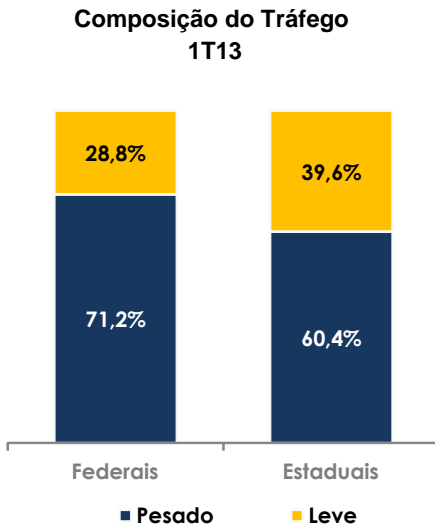
A Autopista Fluminense, que nos últimos trimestres vinha apresentando crescimentos expressivos, teve uma redução de 5,4% no tráfego pedagiado na comparação com o 1T12. Tal resultado se dá por conta de dois motivos: a intensificação das obras de duplicação da rodovia, que prejudicam o tráfego e levam alguns usuários a buscar rotas alternativas; e um evento pontual ocorrido no 1T12, que foi a ruptura de um dique interditando a BR 351 na região de Campos dos Goytacazes que desviou parte do tráfego para a BR-101 fazendo com que o volume registrado no ano anterior fosse maior do que o usual.

Também destaca-se que obras em curso na Autopista Planalto Sul tem redirecionado alguns veículos para a Autopista Litoral Sul, que é uma via paralela, ocasionado resultados negativos na primeira e um maior volume de tráfego nesta última.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T13 foi de **60,4%** de **veículos pesados** e **39,6%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **71,2%** de **veículos pesados** e **28,8%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 1T13 foi de **R\$ 3,09**, o que representou um **incremento** de **6,1%** em relação à tarifa média do 1T12.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:



Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Estaduais	6,48	6,47	6,19	0,1%	4,6%
Autovias	6,80	6,79	6,56	0,2%	3,7%
Centrovias	6,17	6,17	5,90	0,0%	4,7%
Intervias	5,62	5,60	5,35	0,3%	5,1%
Vianorte	8,02	8,02	7,67	0,1%	4,7%
Federais	1,85	1,79	1,77	3,3%	4,8%
Planalto Sul	3,60	3,34	3,30	7,8%	9,1%
Fluminense	3,23	3,10	2,99	4,1%	7,9%
Fernão Dias	1,40	1,40	1,40	0,0%	0,0%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	1,80	0,0%	0,0%
Litoral Sul	1,58	1,45	1,36	9,1%	16,2%
Total	3,09	3,08	2,91	0,3%	6,1%

A tarifa média das **concessões estaduais** no 1T13 foi de **R\$ 6,48**, com **aumento** de **4,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento está relacionado aos reajustes realizados em julho de cada ano com base na variação acumulada do IGP-M, que foi de 4,26% em 2012.

Já as **concessões federais** tiveram um **aumento** de **4,8%** na comparação trimestral, com uma **tarifa média** de **R\$ 1,85** no 1T13. As novas tarifas refletem os reajustes ocorridos em dezembro de 2012 (Autopistas Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul) e em fevereiro de 2013 (Autopistas Fluminense e Litoral Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do IPCA e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

Incremento de tarifas nas concessões federais, aditivos contratuais e reequilíbrios aos contratos

Os contratos de concessão firmados entre as concessionárias federais da Companhia e o poder concedente preveem anualmente o reajuste das tarifas praticadas pela variação acumulada do IPCA nos últimos 12 meses a contar do último reajuste. Além disto, para a definição da tarifa final a ser praticada nas praças de pedágio leva-se em consideração outros efeitos, tais como (i) modificações nos programas de exploração nas rodovias por adição e exclusão de obras, (ii) reprogramação dos cronogramas de investimentos, (iii) efeitos de atraso ou antecipação de obras previstos nos contratos de concessão e (iv) critérios de arredondamento na primeira casa decimal de acordo com as regras contratuais.

Adições ou exclusões de obras, por exemplo, significam montantes diferentes de investimento que ao serem considerados no fluxo de caixa de cada projeto exercem influência nas respectivas Taxas Internas de Retorno (TIR). Esta taxa deve estar sempre calibrada com a proposta vencedora dos leilões destes lotes de rodovias e sua TIR de contrato. O mecanismo adotado para a manutenção deste retorno acordado é o reequilíbrio econômico financeiro, através do ajuste nas tarifas praticadas.

Aditivos podem ser incluídos no fluxo original do contrato, ou no caso de adição de novas obras, pela metodologia do fluxo de caixa marginal com a aplicação de uma nova TIR marginal definida e sem o risco de tráfego.

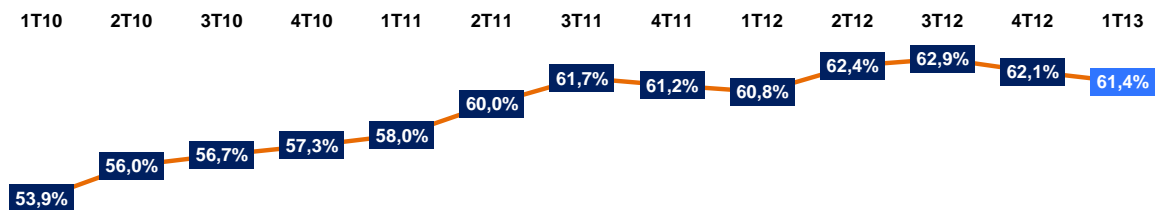
Neste sentido, é interessante observar a evolução de tarifas individualmente para cada concessão federal da Companhia. Em diversos casos, a diferença percentual embutida nas novas tarifas difere da variação acumulada do IPCA no período.

Isto ocorreu nas **Autopistas Litoral Sul** e **Autopista Fluminense**, que tiveram respectivamente um **aumento** de **16,2%** e de **7,9%** em suas tarifas, enquanto a variação acumulada do IPCA no período registrou alta de 7,7%. Os aumentos estão relacionados à adição de novas obras, através de **aditivos contratuais**, reequilibrando os contratos através do repasse adicional de tarifas. Apenas na Autopista Litoral Sul, em função da realocação de uma praça de pedágio da cidade de Palhoça (SC) para o município de Paulo Lopes (SC), a uma distância de 23 quilômetros da praça original, os quais serão adicionados como parte do trecho sob responsabilidade da concessionária incluindo sua manutenção, a Companhia aditivou junto à ANTT utilizando a metodologia da TIR marginal um investimento adicional de aproximadamente R\$ 175,00 milhões, ao longo do prazo de concessão da rodovia. Na Autopista Fluminense, entre os aditivos, se destaca verbas complementares para as obras da Avenida do Contorno em Niterói no valor de aproximadamente R\$ 44,0 milhões.

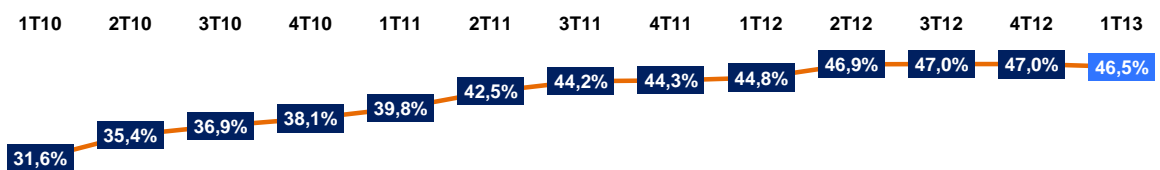
Estas adições de obras também ocorreram nas demais concessões do grupo. A **Autopista Planalto Sul** registrou **crescimento** de **9,1%** em tarifas, diante de uma alta de 7% do IPCA do período, e as **Autopista Fernão Dias** e **Régis Bittencourt**, apesar de novas obras e um ligeiro aumento de suas tarifas, mantiveram o mesmo valor de pedágio do ano anterior devido aos critérios de arredondamento da tarifa básica praticada.

Meios Eletrônicos: A receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 61,4% no 1T13, contra 60,8% no 1T12. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 46,5% no 1T13 contra 44,8% no 1T12. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2010:

AVI Estaduais



AVI Federais



Receita de Obras

A **receita de obras** da Arteris no 1T13 foi de **R\$ 226,8 milhões**, uma **redução de 13,2%** em relação ao 1T12. Estas receitas não têm “efeito caixa”, sendo apenas uma representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis.

Apesar da intensificação do programa de investimentos da companhia, a redução destas receitas está relacionada a um menor ritmo de obras no trimestre, impactado por um índice pluviométrico elevado além de maiores pausas em decorrência de feriados em relação ao 1T12.

Outras Receitas

No **1T13**, as “**outras receitas**”, que possuem natureza variável, foram de **R\$ 27,3 milhões**, valor **13,5% maior** que o do 1T12. Deste total, **R\$ 6,0 milhões** foram provenientes da **exploração da faixa de domínio** pelas concessionárias e **R\$ 21,3 milhões** vieram da **conservação e pavimentação** das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

O total da receita líquida da Companhia no 1T13 foi de **R\$ 738,1 milhões**, **melhora de 0,7%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. Conforme mencionado, este aumento foi suportado principalmente pelo incremento do tráfego de veículos, reajustes tarifários e outras receitas.

As **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%), foram de **R\$ 52,5 milhões** no **1T13**.

Custos e Despesas

Em relação ao total de **custos e despesas**, que foi de **R\$ 524,9 milhões** no 1T13, a Companhia registrou uma **redução de 0,8%** na comparação com o 1T12.

Deste total, **apenas 35,0%** referem-se a **custos** efetivamente “**caixa**”, sendo o restante 65,0%, associado a itens com efeito “**não caixa**”, o que inclui os custos de construção, provisão para manutenção de rodovias, amortizações e depreciações.

No período, os “**custos caixa**”, totalizaram **R\$ 183,6 milhões**, montante 9,4% superior ao registrado no 1T12. Estes custos representaram **35,9% da receita líquida (ex-construção)** da Companhia no 1T13, patamar similar ao registrado no 1T12 que havia sido de 35,6%.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Serviços de terceiros	(45.796)	(48.915)	(44.072)	-6,4%	3,9%
Pessoal	(49.325)	(46.588)	(45.088)	5,9%	9,4%
Conservação	(23.737)	(27.381)	(28.041)	-13,3%	-15,3%
Verba de fiscalização	(9.097)	(8.708)	(8.598)	4,5%	5,8%
Custos com Poder Concedente	(9.323)	(10.019)	(8.525)	-6,9%	9,4%
Seguros e garantias	(5.813)	(4.430)	(5.433)	31,2%	7,0%
Remuneração da administração	(4.418)	(4.644)	(3.093)	-4,9%	42,8%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.169)	(2.240)	(288)	-47,8%	305,9%
Despesas tributárias	(809)	(855)	(1.088)	-5,4%	-25,6%
Outras despesas operacionais, líq.	(34.095)	(21.873)	(23.642)	55,9%	44,2%
Subtotal (Custo Caixa)	(183.582)	(175.653)	(167.868)	4,5%	9,4%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	35,9%	33,5%	35,6%	2,5 p.p.	0,3 p.p.
Custo dos serviços de construção	(226.806)	(294.554)	(261.399)	-23,0%	-13,2%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(48.894)	(68.137)	(45.968)	-28,2%	6,4%
Depreciação e Amortização	(65.614)	(62.172)	(53.876)	5,5%	21,8%
Total	(524.896)	(600.516)	(529.111)	-12,6%	-0,8%

Entre as **principais variações** dos “custos caixa” da Companhia, na comparação entre o 1T13 e o 1T12, destaca-se:

- **Custos com serviços de terceiros:** Foram de R\$ 45,8 milhões, com crescimento de 3,9% em relação ao 1T12. O aumento se deu basicamente pelos reajustes de preços dos contratos vigentes ao se incorporar os efeitos da inflação e dissídios coletivos dos profissionais que prestam serviços para as empresas contratadas pela Companhia.
- **Custos com pessoal:** Registrou um aumento de 9,4%, ficando em R\$ 49,3 milhões, também sendo impactado pelos efeitos dos últimos dissídios coletivos, além do processo de internalização do quadro de arrecadadores da Autopista Fluminense, ocorrido em dezembro de 2012.
- **Conservação:** A menor quantidade de intervenções de reparo nas rodovias durante o trimestre, principalmente impactadas por um período de chuvas que dificulta estes trabalhos, contribuiu para que os custos com conservação apresentasse redução de 15,3%, com um total de R\$ 23,7 milhões.
- **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 9,3 milhões, registrando alta de 9,4%. O aumento acompanha a expansão das receitas de pedágio das concessões estaduais, uma vez que estes custos estão atrelados ao repasse de 3% deste faturamento ao poder público.
- **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal:** Aumento de R\$ 0,9 milhão do valor provisionado no 1T13 em relação ao 1T12 de acordo com a expectativa de perda provável/possível dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte.
- **Outras despesas operacionais líquidas:** Aumento de R\$ 10,4 milhões na comparação com o 1T12, resultado principalmente de uma variação da margem de operação e base de custos de obras realizadas pelas construtoras da Companhia.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- **Custos de construção:** Constitui-se de uma representação contábil da adição de ativos intangíveis advinda das novas regras do IFRS e foram de R\$ 226,8 milhões no 1T13, com redução de 13,2% na comparação com o 1T12 em função de um menor ritmo de obras executadas no trimestre, principalmente influenciado por questões climáticas no período.
 - **Provisões para manutenção:** Refere-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras periódicas de troca de pavimento das rodovias e que acontecem em média a cada sete anos. A antecipação do cronograma de intervenções nas estradas estaduais e federais contribuiu para o aumento de 6,4% destes custos na comparação com o 1T12.
 - **Depreciações e amortizações:** Estão em consonância com a adoção das regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados, os quais apresentaram uma evolução de 21,8% neste trimestre em relação ao 1T12, crescendo R\$ 11,7 milhões.
-

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** apresentado pela Arteris no 1T13 foi de **R\$ 278,8 milhões**, uma **melhora de 8,3%** em relação ao mesmo período de 2012. O aumento da receita líquida, suportado pela evolução do tráfego pedagiado, reajustes tarifários e o controle dos custos caixa, que mantiveram seu percentual em relação à receita em patamar similar ao do 1T12, contribuiu com este resultado e com a **margem EBITDA*** que foi de **54,5%** no trimestre, praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior (que havia sido de 54,6%) e 1.0 p.p. maior do que a margem do 4T12.

Já o **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, registrou uma **melhora de 8,0%**, com um total de **R\$ 327,7 milhões** e **margem*** de **64,1%**, com ligeira redução de **0,3 p.p.** em relação ao 1T12.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA (Em milhares de reais)					
	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.121	819.631	732.765	-9,9%	0,7%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(459.282)	(538.344)	(475.234)	-14,7%	-3,4%
EBITDA ¹	278.839	281.287	257.531	-0,9%	8,3%
Margem EBITDA*	54,5%	53,6%	54,6%	1,0 p.p.	-0,1 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	48.894	68.137	45.968	-28,2%	6,4%
EBITDA Ajustado ²	327.733	349.424	303.499	-6,2%	8,0%
Margem EBITDA Ajustada*	64,1%	66,5%	64,4%	-2,5 p.p.	-0,3 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura do EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Ebitda Ajustado - Consolidado	327.733	349.424	303.499	-6,2%	8,0%
Estaduais	217.586	232.784	193.642	-6,5%	12,4%
Federais	110.028	102.611	103.541	7,2%	6,3%
Holding	(2.874)	(2.353)	(4.886)	22,1%	-41,2%
Construtoras	2.993	16.382	11.202	-81,7%	-73,3%

1T13

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 1T13:

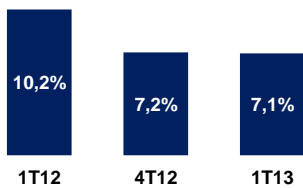
Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	66.977	1.035	68.012	(24.603)	(1.035)	(25.638)	42.374	9.838	52.212	78,0%
Centrovias	72.539	317	72.856	(21.394)	(317)	(21.711)	51.145	7.138	58.283	80,3%
Intervias	75.824	3.746	79.570	(24.788)	(3.746)	(28.534)	51.036	7.201	58.237	76,8%
Vianorte	61.611	1.026	62.637	(20.311)	(1.026)	(21.337)	41.300	7.554	48.854	79,3%
Estaduais	276.951	6.124	283.075	(91.096)	(6.124)	(97.220)	185.855	31.731	217.586	78,6%
Planalto Sul	22.517	33.480	55.997	(15.230)	(33.480)	(48.710)	7.287	1.727	9.014	40,0%
Fluminense	36.134	47.779	83.913	(19.251)	(47.779)	(67.030)	16.883	3.506	20.389	56,4%
Fernão Dias	51.119	45.204	96.323	(34.155)	(45.204)	(79.359)	16.964	5.399	22.363	43,7%
Régis Bittencourt	59.818	57.498	117.316	(29.726)	(57.498)	(87.224)	30.092	3.975	34.067	57,0%
Litoral Sul	48.013	36.721	84.734	(26.374)	(36.721)	(63.095)	21.639	2.557	24.196	50,4%
Federais	217.601	220.682	438.283	(124.736)	(220.682)	(345.418)	92.865	17.163	110.028	50,6%
Total Concessionárias	494.552	226.806	721.358	(215.832)	(226.806)	(442.638)	278.720	48.894	327.614	66,2%
Arteris Holding	-	-	-	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	-
Construtoras	-	106.313	106.313	-	(103.320)	(103.320)	2.993	-	2.993	-
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	-	(89.550)	(89.550)	-	89.550	89.550	-	-	-	-
Total	494.552	243.569	738.121	(218.706)	(240.576)	(459.282)	278.839	48.894	327.733	64,1%

¹ Exclui Depreciação e Amortização

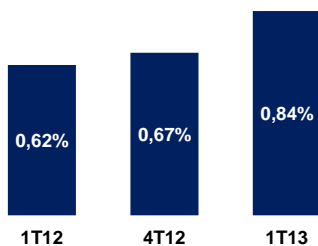
* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Resultado Financeiro

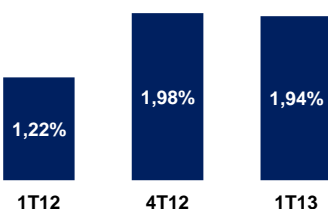
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Receitas Financeiras	12.625	18.922	40.690	-33,3%	-69,0%
Juros Ativos	214	260	4.791	-17,7%	-95,5%
Aplicações Financeiras	12.348	15.465	27.268	-20,2%	-54,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	-	2.834	8.382	-	-
Outras Receitas	63	363	249	-82,6%	-74,7%
Despesas Financeiras	(82.912)	(79.556)	(87.469)	4,2%	-5,2%
Encargos Financeiros	(61.672)	(62.620)	(73.671)	-1,5%	-16,3%
Atualização do Ônus da Concessão	(6.288)	(5.270)	(5.044)	19,3%	24,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(9.320)	(8.369)	(6.399)	11,4%	45,6%
Outras Despesas	(5.632)	(3.297)	(2.355)	70,8%	139,2%
Variação Cambial, liq.	(14)	(6)	2	133,3%	-800,0%
Resultado Financeiro	(70.301)	(60.640)	(46.777)	15,9%	50,3%

No **1T13**, o **resultado financeiro** da Companhia foi **negativo em R\$ 70,3 milhões**, com uma **variação de 15,9%** em relação aos R\$ 60,6 milhões negativos registrados no 4T12.

Este resultado é a combinação dos seguintes fatores:

- As **receitas financeiras** foram **R\$ 6,3 milhões menores** do que a do trimestre anterior, representando uma **redução de 33,3%**. Da mesma forma do que vinha ocorrendo em trimestres anteriores, esta redução se deve principalmente à **queda dos rendimentos das aplicações financeiras**, que foram 20,2% inferiores em relação ao 4T12, diante de um montante médio menor de recursos disponíveis para aplicações em virtude de desembolsos vinculados à parcela não financiável do plano de investimentos da Companhia. Além disso, diferente do 4T12, a Companhia não registrou receitas provenientes da **reversão de ajuste a valor presente** que havia sido de R\$ 2,8 milhões no 4T12.
- Enquanto as **despesas financeiras registraram um incremento de 4,2%**, totalizando **R\$ 82,9 milhões**, afetado pelo aumento da **atualização monetária do ônus da concessão** que é indexado ao IGP-M, o qual passou de 0,67% no 4T12 para 0,84% no 1T13, pelo aumento de 11,4% nos encargos financeiros oriundos da reversão de AVP e de um montante maior de outras despesas financeiras.

Em relação ao 1T12, o resultado financeiro apresentou um piora de 50,3%, o que representou uma variação de R\$ 23,5 milhões entre os períodos. Este resultado foi

impactado basicamente pelos mesmos motivos já comentados e principalmente pela redução de R\$ 28,1 milhões das receitas financeiras, o que afetou de forma material o lucro líquido da Companhia no 1T13.

Lucro Líquido

A Arteris registrou um total de **R\$ 92,7 milhões** de **lucro líquido** no 1T13, resultado que sofreu uma **retração** de **11,3%** em relação ao 1T12. Apesar do crescimento da receita e do resultado operacional entre os períodos, a variação negativa de mais de R\$ 23,5 milhões no resultado financeiro e o aumento de R\$ 11,7 milhões com depreciações e amortizações, conforme já detalhado, afetaram de forma relevante o lucro da Companhia na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Pagamento de Dividendos

Em adição aos dividendos intermediários pagos no dia **17 de dezembro** no montante total de **R\$ 72,3 milhões**, foi aprovado em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** realizada em **25 de abril de 2013**, o pagamento de **R\$ 112,6 milhões**, totalizando **R\$ 184,9 milhões** distribuídos à título de dividendos sobre o **lucro líquido de 2012**. O montante pago representa um **payout** de **50,0%** em relação ao resultado do último exercício social da Companhia.

Endividamento

Em 31 de março de 2013, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 2,5 bilhões**, com **aumento** de **2,8%** ou R\$ 67,3 milhões em relação ao 4T12.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Dívida Bruta	3.177.875	3.234.652	3.103.749	-1,8%	2,4%
Curto Prazo	456.523	472.786	413.826	-3,4%	10,3%
Longo Prazo	2.721.352	2.761.866	2.689.923	-1,5%	1,2%
Posição de Caixa	690.248	814.312	1.220.639	-15,2%	-43,5%
Caixa e equivalentes de caixa	584.399	681.437	1.119.889	-14,2%	-47,8%
Aplicações financeiras vinculadas	105.849	132.875	100.750	-20,3%	5,1%
Dívida Líquida	2.487.627	2.420.340	1.883.110	2,8%	32,1%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Redução de R\$ 124,1 milhões** na **posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas) que foram destinados em sua maior parte, para a quitação de parcelas das debêntures da Companhia e ao pagamento das parcelas não financiáveis das obras em execução. Lembrando que as concessionárias federais contam com recursos do BNDES com linhas de financiamento de longo prazo que podem cobrir até 70% do valor total de obras, sendo o restante aportado pela Companhia.
- Enquanto o **endividamento bruto** apresentou uma **redução de R\$ 56,8 milhões**, refletindo ao mesmo tempo os desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 64,8 milhões no 1T13 e a quitação de parcelas relativas às debêntures a Companhia nas estaduais, no valor de R\$ 133,1 milhões.

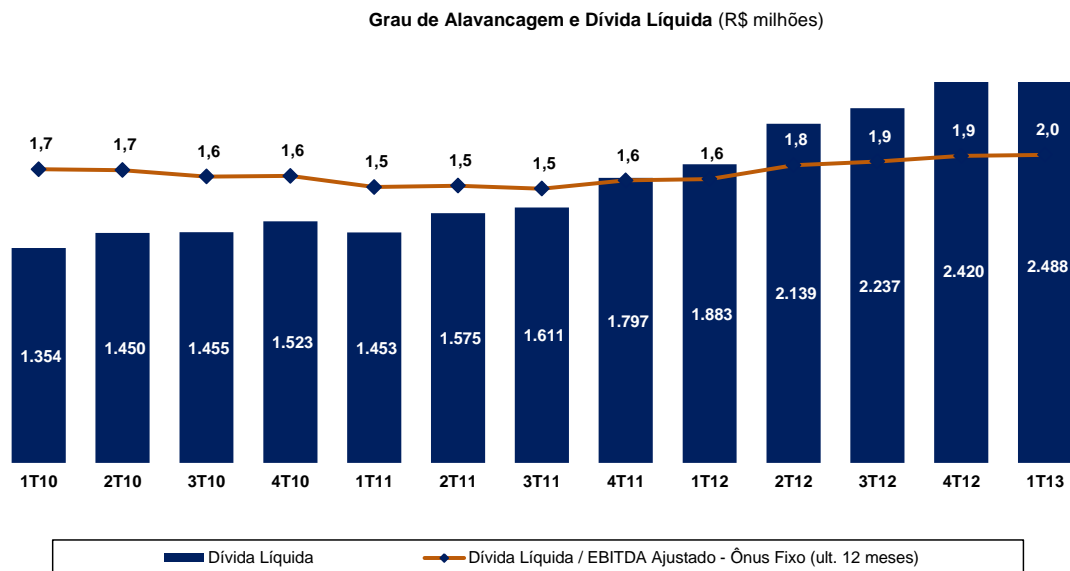
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais já contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais até o final do período de concessão.

Até 31 de março de 2013 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 2,1 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 1,6 bilhão**.

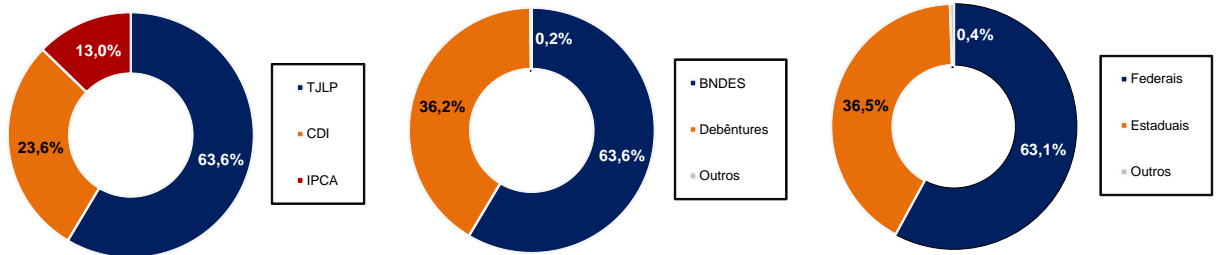
BNDES (R\$ Mil)			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	2.052.465	1.642.084
Planalto Sul	331.344	236.644	94.700
Fluminense	780.819	339.089	441.730
Fernão Dias	702.754	514.939	187.815
Régis Bittencourt	1.069.495	629.678	439.817
Litoral Sul	810.137	332.114	478.023

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

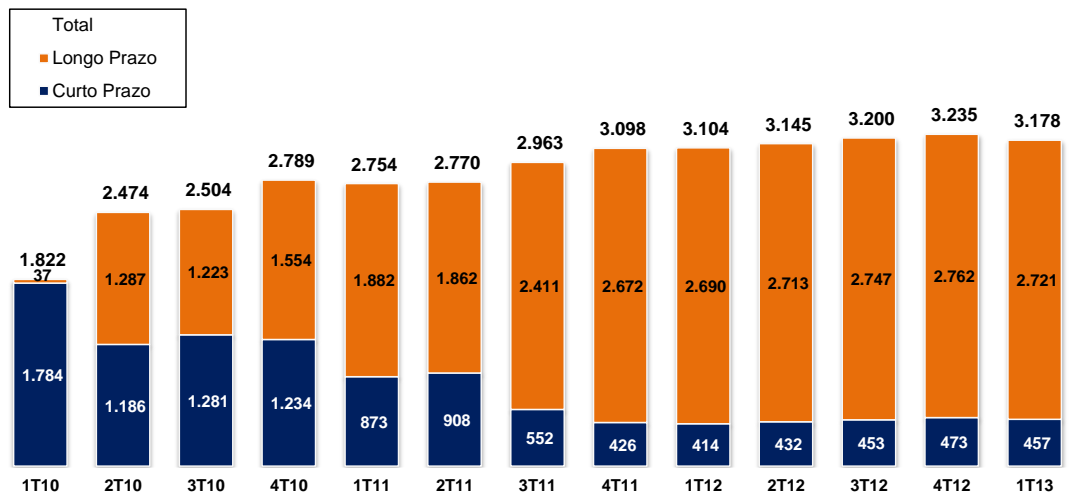
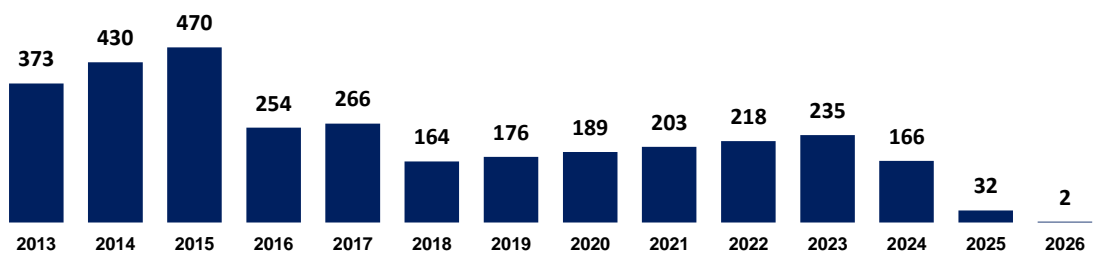
A dívida líquida no final do 1T13 representava 2,0 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, mantendo o nível de alavancagem da Companhia praticamente no mesmo patamar do registrado no trimestre anterior que havia sido de 1,9 vezes.



Ao final do 1T13, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,2 bilhões, sendo que deste montante 63,6% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 23,6% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 12,8% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Indexador					
TJLP	2.020.600	1.977.673	1.630.070	2,2%	24,0%
CDI	748.592	833.280	1.089.892	-10,2%	-31,3%
IPCA	407.726	422.952	383.777	-3,6%	6,2%
Outros	5.323	5.801	7.542	-8,2%	-29,4%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(4.366)</i>	<i>(5.054)</i>	<i>(7.532)</i>	<i>-13,6%</i>	<i>-42,0%</i>
Total	3.177.875	3.234.652	3.103.749	-1,8%	2,4%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)


Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T13, o montante pago foi correspondente a R\$ 16,2 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Total	(16.209)	(16.210)	(15.546)	0,0%	4,3%
Autovias	(1.707)	(1.707)	(1.636)	0,0%	4,3%
Centrovias	(2.553)	(2.553)	(2.449)	0,0%	4,2%
Intervias	(1.589)	(1.589)	(1.524)	0,0%	4,3%
Vianorte	(10.360)	(10.361)	(9.937)	0,0%	4,3%

Em 31 de março de 2013, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.137	31.980	39.117	65
Centrovias	10.679	45.141	55.820	62
Intervias	6.646	39.329	45.975	82
Vianorte	43.324	172.145	215.469	59
Total	67.786	288.595	356.381	

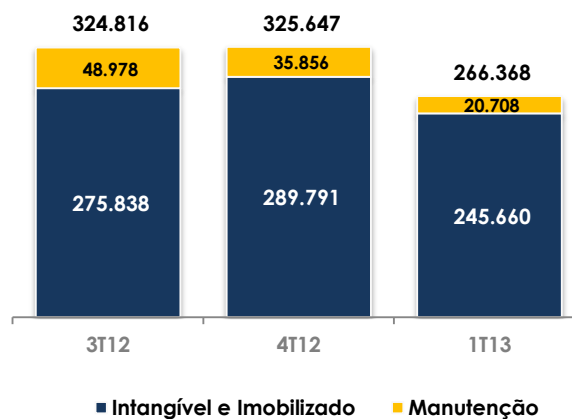
Investimentos e Manutenção de Rodovias

No 1T13, a Arteris investiu **R\$ 266,4 milhões** em suas rodovias, sendo **92%** deste montante destinado a **obras de infraestrutura e melhorias** (intangível e imobilizado) em sua quase totalidade concentradas nas concessionárias federais e o restante na **manutenção** das **rodovias** estaduais — as concessionárias federais ainda não apresentam desembolso de caixa referente à manutenção, previstos para acontecer no decorrer de 2013.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T13		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	7.561	2.733	4.828
Centrovias	7.713	391	7.322
Intervias	4.718	1.800	2.918
Vianorte	7.193	1.553	5.640
Estaduais	27.185	6.477	20.708
Planalto Sul	31.864	31.864	-
Fluminense	48.219	48.219	-
Fernão Dias	52.801	52.801	-
Régis Bittencourt	63.755	63.755	-
Litoral Sul	42.123	42.123	-
Federais	238.762	238.762	-
Total	265.947	245.239	20.708
<i>Outros invest. e ajustes de consol</i>	421	421	-
Total	266.368	245.660	20.708

Para o ano de 2013, a Companhia estima investimentos e manutenções da ordem de R\$ 1,3 bilhão em suas rodovias federais e de aproximadamente R\$ 140 milhões nas rodovias estaduais. Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos será de aproximadamente R\$ 7,1 bilhões, incluindo os montantes relacionados à manutenção.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos (Autopista Fluminense)

Durante o 1T13 a concessionária deu continuidade às obras de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O projeto, que é uma das principais obras a ser executada pela Companhia, prevê a duplicação de 176,6 quilômetros, sendo que deste total, além das obras já em execução, foi emitida pelo IBAMA em abril de 2013, a licença de instalação (“L.I.”) que autoriza o início dos trabalhos de duplicação de mais 70,9 km do projeto, obra com previsão de início para maio de 2013.

Adicionalmente, a Companhia vem executando desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Autopista Fernão Dias



Contorno de Betim – 1ª Etapa (Autopista Fernão Dias)

A principal obra em andamento na rodovia é a implantação do contorno de Betim (MG), possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que atualmente trafega pelo município. Em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa do projeto, incluindo a construção de um trevo em desnível, e tiveram início as obras de 5,4 quilômetros da segunda etapa, que se encontrava em andamento ao longo do 1T13.

No 1T13, a Autopista Fernão Dias também concluiu a construção de 12 melhorias de acesso à rodovia, além de entregar no município de Mairiporã (SP), 1,1 quilômetro de ruas laterais e um novo trevo em desnível.

Autopista Régis Bittencourt



Duplicação da Serra do Cafezal (Autopista Régis Bittencourt)

O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros da Serra do Cafezal (BR-116/SP). A concessionária já havia concluído e liberado 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP), incluindo 2 trevos em desnível, e aguardava a licença ambiental para dar início à fase final das obras. Esta fase, que deverá durar por pelo menos 3 anos, contemplará a construção de 4 túneis e 34 pontes e viadutos, com início programado para maio de 2013.

Durante o 1T13, foram também construídas 6 passarelas e concluída uma melhoria de interseção na rodovia.

Autopista Planalto Sul



Duplicação BR-116/PR – Fazenda Rio Grande (Autopista Planalto Sul)

Durante o último trimestre, a concessionária teve como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandrituba (PR), dos quais se encontra em andamento trecho de 8 quilômetros até Fazenda Rio Grande (PR), após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA.

A rodovia também recebeu o reforço estrutural e alargamento de 4 pontes durante o 1T13, além da conclusão de 5 melhorias de acesso e 2 quilômetros de ruas laterais no município de Rio Negro (PR).

Autopista Litoral Sul

No 1T13, a concessionária concluiu a construção de 4,3 quilômetros de ruas laterais, sendo 0,4 quilômetro em Biguaçu (SC), 1,7 quilômetro no município de Portobelo (SC), 0,6 quilômetro em Barra Velha (SC) e 1,6 quilômetro em Piçarras (SC). A concessionária também concluiu 3 novas passarelas no trimestre.

Quadro de Pessoal

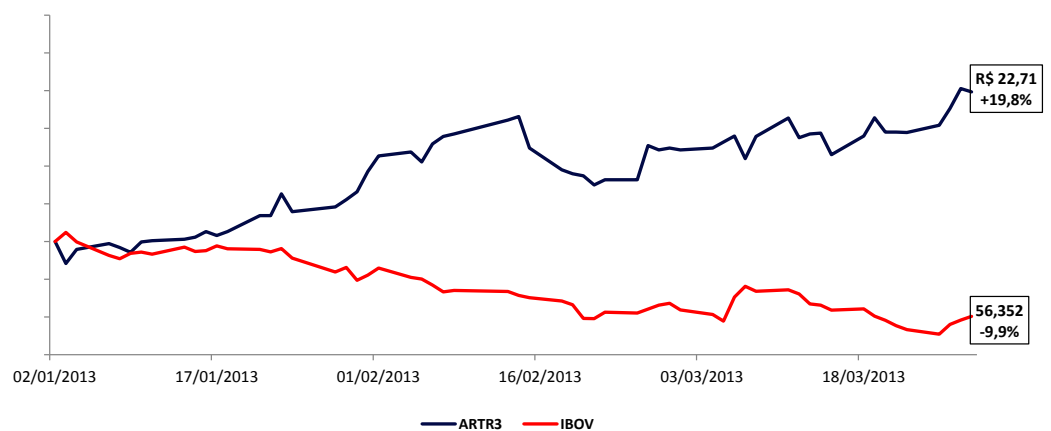
A Arteris conta com **6.640 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **41,6%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **19,9%** nas **estaduais**, **36,9%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **1,6%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	1T13	4T12	1T12	Var. 1T13/4T12	Var. 1T13/1T12
Arteris (Holding)	109	116	118	(7)	(9)
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.320	1.347	1.354	(27)	(34)
Autovias	208	201	203	7	5
Centrovias	315	323	318	(8)	(3)
Intervias	533	561	570	(28)	(37)
Vianorte	264	262	263	2	1
<i>Concessionárias Federais</i>	2.763	2.702	2.435	61	328
Litoral Sul	580	555	504	25	76
Planalto Sul	255	263	218	(8)	37
Fluminense	407	270	243	137	164
Fernão Dias	890	978	909	(88)	(19)
Régis Bittencourt	631	636	561	(5)	70
Paulista	-	4	292	(4)	(292)
Latina Manutenção	2.280	2.497	2.418	(217)	(138)
Latina Sinalização	168	173	177	(5)	(9)
Total	6.640	6.839	6.794	(199)	(154)

Mercado de Capitais

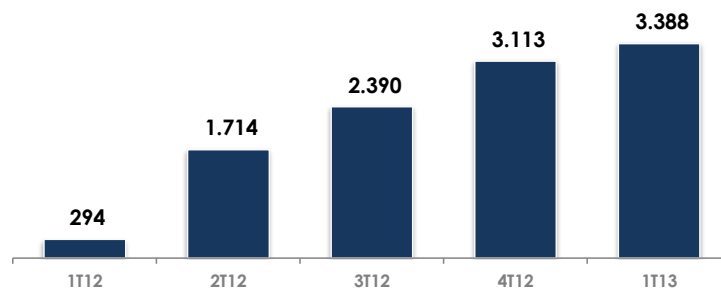
O **valor de mercado** da Arteris ao final do **1T13** totalizou **R\$ 7,8 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 22,71 por ação em 28/03/13. Esse preço corresponde a uma **valorização** de **19,8%** desde o início do ano. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 9,9%. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 1,65 bilhão** no trimestre.

Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (1T13)

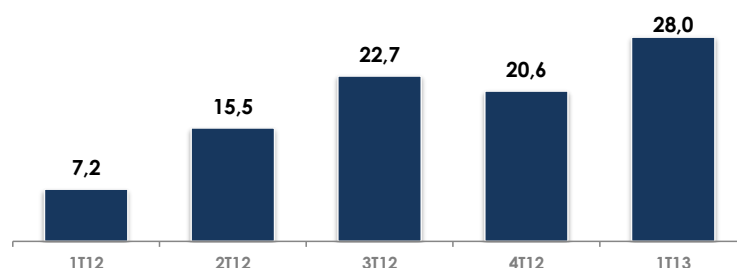


Média Diária	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
Nº de Negócios	3.388	3.113	294	8,8%	1052,4%
Nº de Ações Negociadas	1.359.858	1.090.651	104.611	24,7%	1199,9%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	28,0	20,6	7,2	35,9%	291,6%

Número de Negócios - Média diária



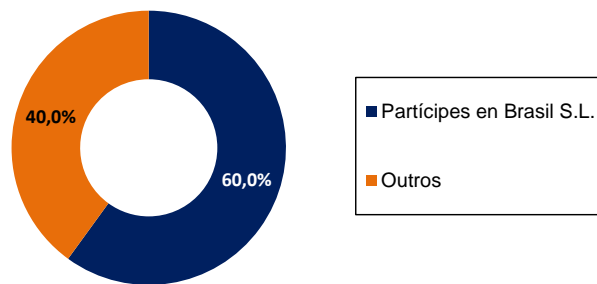
Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Composição Acionária

As ações da Arteris fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IBrX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*, e passaram também a compor o índice *MSCI Brazil* em junho de 2012.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 772,4 milhões em 31 de março de 2013, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



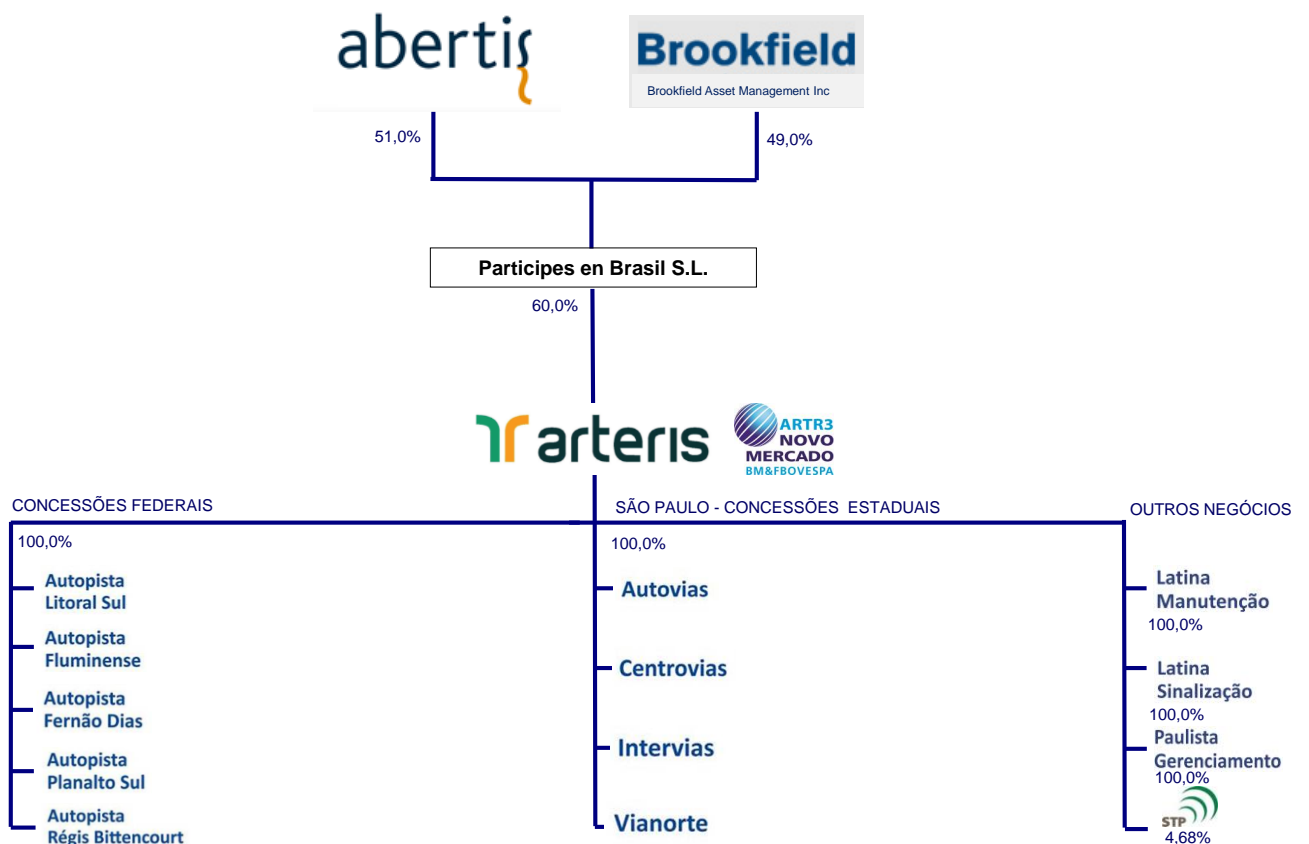
Data Base: 31/03/2013

Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	382,3	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Estrutura Societária



Informações divulgadas por Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS da Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 60% da Arteris (Ex. OHL Brasil).

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	1T13	1T12	Var%
Estaduais	12.128	11.502	5,4%
Autovias	11.502	11.027	4,3%
Centrovias	14.504	13.485	7,6%
Intervias	9.959	9.539	4,4%
Vianorte	14.221	13.427	5,9%
Federais	22.437	21.586	3,9%
Planalto Sul	6.742	6.651	1,4%
Fluminense	16.252	16.313	-0,4%
Fernão Dias	24.971	23.829	4,8%
Régis Bittencourt	22.789	22.360	1,9%
Litoral Sul	39.442	38.014	3,8%
Total	18.797	18.000	4,4%

Perfil Corporativo

A Arteris é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 km em operação. Através de suas 9 concessionárias, a Arteris administra rodovias localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola com sede em Barcelona e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indiretamente pela Brookfield Asset Management INC, uma empresa listada nas bolsas de Nova Iorque e em Toronto, titulares respectivamente, de 51% e 49% do capital do bloco de controle da Arteris.

Para maiores informações acesse:

www.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/13	31/12/12	31/03/12
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	584.399	681.437	1.119.889
Contas a receber	119.067	111.014	90.457
Contas a receber - partes relacionadas	15	90	90
Estoques	7.823	8.878	10.760
Despesas antecipadas	8.379	9.076	12.792
Impostos a recuperar	24.218	23.772	27.913
Aplicações financeiras vinculadas	38.697	63.299	40.428
Outros créditos	4.051	2.339	4.137
Total do ativo circulante	786.649	899.905	1.306.466
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	67.152	69.576	60.322
Cauções contratuais	288	290	120
Despesas antecipadas	6	9	309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	124.441	120.796	104.992
Depósitos judiciais	15.999	14.709	14.709
Outras contas a receber	292	216	124
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	45.068	47.208	51.312
Intangível	5.066.367	4.894.658	4.208.715
Total do ativo não circulante	5.320.666	5.148.515	4.441.656
TOTAL DO ATIVO	6.107.315	6.048.420	5.748.122
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	116.861	109.145	70.756
Debêntures	339.662	363.641	343.070
Fornecedores	99.495	109.344	108.498
Obrigações sociais	67.412	59.878	58.713
Obrigações fiscais	65.747	73.451	64.914
Contar a pagar - partes relacionadas	1.919	258	923
Cauções contratuais	41.469	42.818	39.206
Dividendos propostos	20.114	20.114	17.809
Credores pela concessão	69.092	67.932	63.825
Provisão para manutenção em rodovias	90.184	80.614	42.453
Provisão para investimentos em rodovias	54.181	56.336	38.365
Adiantamento seguros	48.772	54.658	66.553
Outras contas a pagar	9.238	7.478	16.097
Total do circulante	1.024.146	1.045.667	931.182
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.909.062	1.874.329	1.566.856
Debêntures	812.290	887.537	1.123.067
Credores pela concessão	247.630	258.691	277.309
Receita diferida	99	398	96
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.057	52.698	53.337
Provisão para manutenção em rodovias	282.194	252.115	202.361
Provisão para investimentos em rodovias	58.577	54.905	80.218
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	11.421	10.176	5.780
Outras contas a pagar	4.031	4.820	4.875
Total do exigível a longo prazo	3.383.361	3.395.669	3.313.899
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	679.970	679.970	592.124
Reserva legal	60.614	60.614	60.614
Reserva de lucros	981.495	888.771	872.574
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.699.808	1.607.084	1.503.041
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.107.315	6.048.420	5.748.122

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T13	4T12	1T12	Var% 1T13/4T12	Var% 1T13/1T12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	790.653	874.841	781.971	-9,6%	1,1%
Receitas de pedágio	536.515	557.462	496.496	-3,8%	8,1%
Estaduais	300.789	322.085	272.753	-6,6%	10,3%
Autovias	72.833	77.888	67.082	-6,5%	8,6%
Centrovias	78.833	83.394	70.006	-5,5%	12,6%
Intervias	82.045	88.466	75.091	-7,3%	9,3%
Vianorte	67.078	72.337	60.574	-7,3%	10,7%
Federais	235.726	235.377	223.743	0,1%	5,4%
Planalto Sul	24.860	23.727	22.846	4,8%	8,8%
Fluminense	38.855	38.491	38.055	0,9%	2,1%
Fernão Dias	55.269	58.306	54.745	-5,2%	1,0%
Régis Bittencourt	64.936	67.590	64.829	-3,9%	0,2%
Litoral Sul	51.806	47.263	43.268	9,6%	19,7%
Outras receitas	27.332	22.825	24.076	19,7%	13,5%
Receitas de obras	226.806	294.554	261.399	-23,0%	-13,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(52.532)	(55.210)	(49.206)	-4,9%	6,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	738.121	819.631	732.765	-9,9%	0,7%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(481.284)	(554.250)	(490.142)	-13,2%	-1,8%
LUCRO BRUTO	256.837	265.381	242.623	-3,2%	5,9%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(43.612)	(46.266)	(38.969)	-5,7%	11,9%
Gerais e administrativas	(43.719)	(44.266)	(39.532)	-1,2%	10,6%
Remuneração da administração	(4.418)	(4.644)	(3.093)	-4,9%	42,8%
Despesas tributárias	(809)	(855)	(1.088)	-5,4%	-25,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.334	3.499	4.744	52,4%	12,4%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(70.301)	(60.640)	(46.777)	15,9%	50,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	142.924	158.475	156.877	-9,8%	-8,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(50.200)	(51.738)	(52.287)	-3,0%	-4,0%
Corrente	(48.486)	(57.228)	(49.489)	-15,3%	-2,0%
Diferido	(1.714)	5.490	(2.798)	-131,2%	-38,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	92.724	106.737	104.590	-13,1%	-11,3%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/13	31/03/12
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	92.724	104.590
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	65.614	53.877
Baixas de ativos imobilizados	120	1.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.714	2.798
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	6.289	5.383
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.960)	(3.157)
Juros e variações monetárias de empréstimos	27.943	26.107
Juros e variações monetárias de debêntures	33.840	47.297
Despesas financeira AVP	9.320	(2.234)
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.889	196
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	31.657	19.032
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(8.053)	8.702
Contas a receber - partes relacionadas	75	4
Estoques	1.055	(1.220)
Despesas antecipadas	700	(6.766)
Impostos a recuperar	(93)	(1.337)
Outros créditos	(1.712)	(469)
Cauções contratuais	2	(20)
Depósitos judiciais	(1.290)	(106)
Outras contas a receber	(76)	4
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	2.533	(11.374)
Fornecedores - partes relacionadas	1.661	(9)
Cauções contratuais	652	(229)
Obrigações sociais	7.684	9.595
Obrigações fiscais	46.887	43.695
Imposto de renda e contribuição social pagos	(53.823)	(41.772)
Receita diferida	(299)	(288)
Adiantamentos para seguros	(5.425)	(2.353)
Outras contas a pagar	3.197	12.031
Credores pela concessão	19	3
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(644)	(72)
Pagamento de juros	(34.940)	(30.603)
Outros passivos	28	(16)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	227.288	232.632
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(593)	(1.755)
Adições ao intangível	(245.067)	(255.479)
Aplicações financeiras vinculadas	(85.138)	(97.299)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	113.772	122.292
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(217.026)	(232.241)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	64.832	117.476
Pagamento de juros e principal	(155.923)	(160.886)
Pagamento de credores pela concessão	(16.209)	(15.546)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(107.300)	(58.956)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(97.038)	(58.565)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	681.437	1.178.454
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	584.399	1.119.889

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.